



**De “Garganta do Diabo” para “Ponte sobre o Vale do Menino Deus”:  
Reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público**

*(From “Devil’s Throat” to the “Bridge over The God Boy Valley”:  
Reflections about The Social Practices and the Ways to Designate the Public Space)*

Verli Petri\*

**Resumo**

O presente trabalho tem o objetivo de compreender, pelo viés discursivo, a presença da história/memória na produção de sentidos, que se revela nas relações entre as práticas sociais e os modos de nomear e designar um ponto turístico, portanto espaço público, de Santa Maria, município do interior do Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** espaço público, discurso, designação.

**Abstract**

This work aims to demonstrate, by the discursive way, the history/memory presence on the meanings production that are revealed by the relations between the social practices and the ways to nominate and to designate a touristic point, thus public space of Santa Maria, a interior city of the Rio Grande do Sul’ State.

**Keywords:** public space, discourse, designation.

---

\* Professora/Pesquisadora LabCorpus – DLV/PPGLEtras – UFSM. Endereço para correspondência: Rua Visconde de Pelotas, 686, Bairro Rosário, Santa Maria – RS, Cep. 97-010-440. E-mail: [vpetri@terra.com.br](mailto:vpetri@terra.com.br)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de compreender os modos de funcionamento da história/memória na produção de sentidos observáveis nas relações entre diferentes práticas sociais e modos de designar um ponto turístico, portanto espaço público, de Santa Maria, RS. O “Viaduto sobre o Vale do Diabo” ou, simplesmente, “Garganta do Diabo”, situado em uma das possibilidades de entrada/saída da cidade, colocando o forasteiro em uma espécie de zoom metafórico<sup>1</sup> do que ele poderá encontrar ao chegar à cidade. O referido viaduto oferece uma vista privilegiada, sobretudo para quem está entrando em Santa Maria, o que parece se contrapor a essas designações, que se instituíram socialmente devido ao fato de que, antes da construção de tal viaduto (que ocorreu na década de 50, do século XX), aquela “passagem” na saída/entrada da cidade era muito íngreme, cercada de morros. Esta dificuldade na passagem é marcada também pela ocorrência de acidentes (de trânsito) e incidentes (sobretudo, suicídios), revelando uma outra face deste espaço às vezes mais e às vezes menos urbano.

Mas o fato que mais nos chama a atenção é a recente alteração oficial do nome “Garganta do Diabo” para “Vale do Menino Deus”, e são os movimentos de sentidos que essa alteração produz que nos propomos a explicitar neste trabalho. A investigação nos leva a refletir sobre o quanto a memória social continua produzindo efeitos na história oficial, uma vez que os sentidos estão inscritos num espaço discursivo já instituído como tal.

História e memória são duas noções muito caras aos estudiosos do discurso e é desta perspectiva que nos propomos a observar as relações entre as práticas sociais e os modos de designar o espaço público.

---

<sup>1</sup> Agradeço a Amanda Eloina Scherer pelas importantes contribuições na escritura deste texto.

DE “GARGANTA DO DIABO” PARA “VALE DO MENINO DEUS”<sup>2</sup>

Relatos de populares revelam que o vale existente entre as montanhas, que caracterizam a “Garganta do Diabo”, em Santa Maria, era um espaço de difícil ocupação, o que foi comparado com algo próprio ao diabo. Mais de 50 anos já se passaram e hoje a “Garganta do Diabo” é um dos cartões postais da cidade. Trata-se de um ponto turístico bastante fotografado e associado à cidade de Santa Maria, o que promove uma espécie de litígio entre a forma de nomear e os modos de significar este lugar. É este espaço de contradição entre o “lugar”, o nome e as possibilidades de produção de sentidos que nos interessa observar. De fato, a contradição maior se dá entre a dificuldade de outrora e a facilidade da atualidade, quando se nega a memória e se tenta estabelecer uma história oficial diferente. Há necessidade de apagar o diabo, o mal, a dificuldade, em prol do estabelecimento de uma história que inclui o menino deus, o bem, a facilidade.

Nosso ponto de partida é o de quem lança um olhar sobre o espaço urbano como um todo. Num primeiro plano, estabelece-se uma interessante relação com o modo de nomear a cidade regularmente: “Cidade Coração do Rio Grande”, considerando-se sua condição privilegiada de estar no centro do estado do Rio Grande do Sul. De repente, o forasteiro se depara com a ponte sobre o vale e se descortina diante de seus olhos a cidade, e é como se a ponte abrisse uma janela, ou revelasse as cores de uma tela, uma pintura que entusiasma e emociona o espectador, surpreendido. Esta exuberância toda desaparece quando é dito o nome deste espaço público: “Garganta do Diabo”. Neste ponto, é que a forma de nomear a cidade entra em contradição com outras menos românticas ou positivistas. É contraditório dizer que a Cidade Coração do Rio Grande recebe parte dos seus visitantes pela “Garganta do Diabo” (palco de inúmeros suicídios), o que dá uma conotação “diabólica”, para acomodar os sentidos no senso comum. Isso passa a “incomodar” alguns, o que leva o legislativo municipal a propor, na década de 90 do século XX, a alteração do nome.

A proposta de alteração diz representar parcela da população, moradores das proximidades, e justifica-se pelo fato de que tal nome seria “uma denominação imprópria”<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Agradeço ao André Campos, meu orientando de mestrado, que no espaço de discussão do PPGLetras-UFSM, instigou-me a aprofundar reflexões acerca desta temática.

<sup>3</sup> Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2001, que “Altera a denominação da ponte sobre o km 316,5 da BR-158/RS”. *PLC129-201/Parecer2002/Proposições Legislativas/U.*

para um lugar de tão bela paisagem e com tamanha importância social e logística (entrada e saída da cidade). Se para o legislativo dizer “Garganta do Diabo” por mais de 50 anos é uma questão de impropriedade denominativa, muitos cidadãos passam a se perguntar: “- E qual seria então a **denominação própria?**”

A proposta de alteração ganhou força e notoriedade, sendo encaminhada à Câmara e ao Senado Federal que, em 2002, aprovando a alteração do nome de “Garganta do Diabo” para “Ponte sobre o Vale do Menino Deus”, faz referência ao nome do bairro mais próximo do referido viaduto, denominado Campestre do Menino Deus. A proposta de alteração do nome vai de um extremo ao outro: do “diabo” ao “menino deus”, como se esta troca pudesse promover a mudança de estatuto do espaço público em questão, do mal para o bem, do não-urbano para o urbano.

A questão que se coloca, neste momento, é: alterar o nome é alterar a designação? Alterar o nome é alterar os sentidos? Entendemos que, assim como “uma referência”, uma imagem também “não tem apenas um nome para designá-la, podendo, então, um objeto [uma imagem ou um espaço público] ser referido e designado por diferentes nomes, onde são reproduzidos ou movimentados os sentidos postos como referenciais” (PETRI, 2004: 220). Assim, diferenciamos nome e designação, acreditando que o nome atende a uma necessidade oficial e institucional, mas o designar implica o funcionamento do “interdiscurso, enquanto memória, e não [apenas] um referente específico que relaciona a palavra à coisa” (GUIMARÃES, s.d.). Quanto à produção dos sentidos, entendemos que implica ainda a inscrição dos sujeitos em determinada formação discursiva e as singulares relações que cada sujeito estabelece com as formações ideológicas às quais está “livremente” submetido.

É possível, por exemplo, observar a incidência da ideologia cristã funcionando no processo de re-nomeação, mas não é só isso, pois “menino deus” nos remete ao nome de um bairro próximo ao viaduto, o que nos remete também ao movimento sócio-político de resgate do ponto turístico, numa tentativa de integrá-lo ao espaço público urbano, organizado, estável, controlável. Estamos pensando “o urbano” como discurso e ele

(...) tem uma memória, desenvolve-se em um espaço próprio, que se construiu por relações entre seres que se significam e significam as relações que sustentam a própria existência deste espaço como um espaço vivido/dividido com seus gestos de significação. (ORLANDI, 2004: 26)

Já não seria mais o “Vale dos Diabos”, fora da cidade. Não seria mais o lugar perigoso, a “Garganta do Diabo”, fuga para os desesperados suicidas que buscaram ali a morte, o fim. Afinal, a mudança do nome poderia também promover este espaço público a espaço público urbano, e com isso se teria a tão sonhada “transparência” dos sentidos no discurso sobre o ponto turístico, afastando dele a sombra, a morte, o medo, as outras possibilidades de sentidos, a mancha, a opacidade.

Eis que tem início uma nova Era para o importante cartão postal, imagem constitutiva da cidade de Santa Maria. Esta foi, sem dúvida, a conclusão precipitada a que muitos chegaram à época, pois as relações entre prática social e modos de designar não se transformam assim tão rápida e diretamente, como alterou-se o nome. Passaram-se oito anos (até o presente momento, estamos em 2010) e a história/memória perdura, insiste, ressoa, retorna; mesmo que sendo dita, oficialmente, de outra forma, a referência ainda é “Garganta do Diabo”. É ainda do alto da serra, de cima do “Viaduto sobre o Vale do Diabo”, da “Garganta do Diabo”, que o forasteiro (o viajante, o turista, o militar, o estudante) lança o primeiro olhar sobre a “Santa Maria da Boca do Monte”, cidade “Coração do Rio Grande do Sul”<sup>4</sup>, representada romanticamente da seguinte forma num desenho que imita o mapa do Rio Grande do Sul:

---

<sup>4</sup> Esta denominação remete à posição geográfica do município que fica na região central do estado, mas também é o centro de sua própria micro-região. Esta denominação inspirou a escolha do símbolo do time de futebol da cidade, já foi usada em campanhas eleitorais, está vinculada à outra denominação que refere Santa Maria como “Cidade Cultura”; enfim, já é constitutiva de várias práticas sociais.



Fonte: [http://santamaria-rs-brasil.blogspot.com/2009\\_12\\_01\\_archive.html](http://santamaria-rs-brasil.blogspot.com/2009_12_01_archive.html), acesso em 23 de março de 2010.

A recorrência à romântica denominação de Santa Maria, “Cidade Coração do Rio Grande”, aciona uma rede parafrástica, concebida como processo no qual “o discurso se efetiva como produtor de sentidos, porque é essa relação que mantém em movimento a cadeia discursiva, o que pode ser observado, mais especificamente, na horizontalidade própria do intradiscurso” (PETRI, 2004: 211), no linguisticamente constituído e nas imagens que produz.

Esta relação de paráfrase é bastante interessante porque acentua a relação de contradição entre a cidade, que tem o privilégio geográfico de estar no centro do estado, e a chamada “Garganta do Diabo”. É da ordem do inconcebível admitir oficialmente que o espaço urbano denominado “Coração” abrigue em si mesmo a “Garganta do Diabo”. Afinal: coração=órgão vital= move o que está vivo= sede dos sentimentos e emoções, amor etc.; enfim, muitas coisas boas cabem no coração, mas

a “Garganta do Diabo” não cabe nele, e nem precisamos explicitar a rede parafrástica que se propaga desta expressão.

Sem dúvida, as relações contraditórias são inerentes à discursivização de um espaço público urbano, que deverá fazer parte do outro, e por isso precisa ter o nome alterado. Isso já é do universo discursivo logicamente estabilizado, muito embora a ressignificação deste espaço ainda sofra a resistência de um determinado grupo social, que faz funcionar a memória, retomando sempre o nome que significa de fato.

## A CIRCULAÇÃO DO NOME: ENTRE A MEMÓRIA SOCIAL E A HISTÓRIA OFICIAL

Selecionamos textos divulgados no universo virtual no período de 2002-2010, nos quais é possível observar o jogo de palavras, de dentro e de fora dos parênteses, de um nome ao outro, o que revela a presença incômoda dos dois nomes: no primeiro plano, temos a “Ponte sobre o Vale do Menino Deus” e, em seguida, entre parênteses, ou como aposto explicativo (ambos os recursos devem acionar uma memória), temos a “Garganta do Diabo”. Optamos por exemplificar nossa reflexão com três excertos que revelam as relações contraditórias entre o nomear e o designar, desde o documento oficial que promove a alteração, até o funcionamento desta alteração na mídia eletrônica. O nomear funciona, mas o designar ainda não: é preciso que o nome antigo retorne, para que os dois nomes signifiquem.

Nossa reflexão, então, traz à baila questões referentes ao funcionamento da história e da memória, a presença e o funcionamento de cada uma: a primeira vinculada (neste caso) ao que é oficial – o nome; já a segunda, funciona no dizer que produz sentidos sobre o nome. Embora a memória seja, ao mesmo tempo, lacunar e saturada, é pelo seu funcionamento que o nome ganha outro estatuto, o de designação. História e memória, neste caso, funcionam coladas uma à outra, retornando sempre, muito embora saibamos que “a história resiste ao tempo; o que não pode a memória” (DAVALLON, 1999: 26). Até quando, então, resistirá a “Garganta do Diabo”, como aposto explicativo ou entre parênteses? É difícil prever. Estamos trabalhando com o que temos hoje, uma atualidade

que não nos possibilita ainda o movimento de distanciamento, pois temos o fato ocorrendo aqui e agora.

Na verdade, quando ocorre a substituição oficial de um nome por outro, abre-se uma brecha, esburaca-se a memória, instaurando-se um lugar para que o espaço público em questão seja dito a partir de uma nova posição, daquela que representa o “politicamente correto”. Parece-nos que o legislativo, o executivo, os aparelhos de Estado e a mídia já não podem, nem devem dizer “Garganta do Diabo”, o que também está sujeito à falha, retornando na condição de aposto explicativo ou no espaço do “entre parênteses”. Observemos os exemplos, nos quais negritamos as expressões no interior dos textos:

#### Exemplo 1

##### **Ponte no RS muda de "Vale dos Diabos" para "Menino Deus"**

**Por:** Agência Senado

**Data de Publicação:** 8 de maio de 2002

Foi aprovado pelo Senado projeto que muda o nome de uma ponte na BR-158, entre Santa Maria e Júlio de Castilhos (RS) de "**Ponte sobre o Vale dos Diabos**" para "**Ponte sobre o Vale do Menino Deus**". O pedido foi feito pela população local ao Ministério dos [Transportes](#).

Segundo a relatora da matéria na Comissão de Educação, senadora Emilia Fernandes (PT-RS), o nome original deriva das dificuldades que a população tinha no passado para atravessar o vale que fica no quilômetro 316 da BR-158. No entanto, com a estrada e por se tratar de uma região muito bonita, o nome não se justifica mais. O novo nome foi tirado de um bairro erguido no próprio vale.

Fonte: <http://www.direito2.com.br/asen/2002/mai/8/ponte-no-rs-muda-de-vale-dos-diabos-para-menino-deus>, acesso em 20 de março de 2010



## Exemplo 2

**Equipe da TVE grava programa especial dos 150 anos em Santa Maria**

08/04/2008 - 17:18:50h

No ano do sesquicentenário de Santa Maria, o calendário das festividades inclui um novo atrativo aos santa-marienses: a produção de um especial televisivo em comemoração ao aniversário do município. O programa “Paralelo Sul” irá ao ar no dia 18 de maio (domingo) às 13h, com a apresentação do cantor nativista Rui Biriva, pela TVE-RS.

A equipe esteve nos dias 6, 7 e 8 de abril na cidade para a realização das filmagens e coleta de depoimentos sobre os 150 anos. A temática do programa abordará aspectos culturais, turísticos e gastronômicos de Santa Maria. Biriva diz ter se surpreendido com a cidade. “Ficamos muito satisfeitos com a receptividade e qualidade dos depoimentos”, declarou.

Entre os locais visitados por Biriva e equipe estão a Vila Belga, Gare da Estação Férrea, **Ponte do Vale do Menino Deus (antiga Garganta do Diabo)**, UFSM, Theatro Treze de Maio, Sítio Paleontológico, entre outros. Também foram feitas filmagens no centro da cidade (...).

*\*Colaboração: Marcelo Martins*

Fonte; <http://www.santamaria.rs.gov.br/index.php>, acesso em 20 de março de 2010

## Exemplo 3

**Geral** | 21/01/2010 09h10min

**Trânsito está lento no trecho da BR-158 que cedeu em Santa Maria****Parte do asfalto de uma das pistas rompeu na quarta-feira**

Quem pretende chegar ou sair de Santa Maria pela BR-158 precisará de calma. Na manhã desta quinta-feira, o trânsito é lento no km 320, perto do **Vale do Menino Deus**,

**conhecido como Garganta do Diabo.**

A pista no sentido Itaara-Santa Maria está trancada desde quarta-feira devido a um afundamento no asfalto, que cedeu com a chuvarada. Em função disso, o fluxo de veículos está ocorrendo nas duas pistas do sentido Santa Maria-Itaara, e é liberado a cada 5 ou 10 minutos, alternadamente (...)

Jornal Diário de Santa Maria

<http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/dsm/19,14,2784481,Transito-esta-lento-no-trecho-da-BR-158-que-cedeu-em-Santa-Maria.html>, acesso em 23 de março de 2010

Os sentidos atribuídos ao viaduto, enquanto “Garganta do Diabo”, não desaparecem por ordem de um governo ou de outro, por determinação do Estado. Os *sites* são diferentes e a recorrência se realiza de modo muito semelhante e isso vai ocorrer também em outros espaços de circulação de saberes. Trata-se do espaço público, onde funciona a ilusão de controle do Estado, mas se trata de uma comunidade, de um grupo social que construiu uma memória, e este espaço de dizer comporta a heterogeneidade, o contraditório e é justamente por comportá-lo que a desregulação persiste.

É da famosa “Garganta do Diabo” que se fala quando se tem contato com o cartão postal de exuberante natureza. No entanto, a contradição não se dá apenas no espaço da nomeação. Cabe lembrar que a contradição se dá também no plano da imagem que está colada ao nome. De um lado temos a natureza exuberante que remete à força da vida, que atrai turistas; e, de outro lado, a profundidade fatal do Vale (sobre o qual foi erguido o viaduto), cenário de acidentes de trânsito, e, sobretudo, lugar que inspira potenciais suicidas. Talvez a mudança do nome também aspirasse à produção do apagamento das relações do nome com os atos suicidas; talvez se aspirasse afetar as atitudes daqueles que um dia reconheceram na “Garganta do Diabo” o cenário para o suicídio, daqueles que sobem a serra e lançam seu derradeiro olhar sobre a Santa Maria da Boca do Monte, decolando subitamente para um vôo sem volta, pleno em silenciamentos. Assim, perguntamo-nos: até que ponto a nomeação/renomeação afeta a memória de um grupo social? Seria possível apagar essa verdade implacável ou impedir a condenável prática social a partir da mudança do nome? Será que esta prática ficará na memória como uma

prática de um passado longínquo? Estas são questões que permanecerão em aberto por um bom tempo, tendo em vista que o nome “Garganta do Diabo” persiste.

## NO ESBURACAMENTO DA MEMÓRIA: A HISTÓRIA OFICIAL

Esburaca-se a memória, a Garganta do Diabo agora é Vale do Menino Deus, que ainda é a “antiga” ou a “conhecida” garganta do diabo, construindo a história oficial. Isso pode e deve acontecer, pois instalar-se-á neste entremeio o jogo da metáfora de que nos fala Pêcheux (1995), e outros sentidos passarão a funcionar associados ao viaduto, revelando imagens outras que o nome “Vale do Menino Deus” permita em seu bojo... Isso significaria a alteração da designação (finalmente!), e não apenas do nome. A partir da alteração da designação, haveria a instauração de outro nível de opacidade, tanto na língua quanto na imagem, enquanto prática social, e a sonhada transparência de sentidos continuaria como ilusão necessária ao sujeito que se constitui no e pelo discurso.

De fato, nada impede que a memória que hoje insiste em fazer retornar “Garganta do Diabo” se esburaque outra vez e, passado algum tempo, esse nome venha de fato a ser substituído por “Vale do Menino Deus”, pois, conforme salienta Orlandi (1999: 60-1), “é preciso que a língua se inscreva na história para significar”. Quase uma década se passou e isso não aconteceu totalmente, continua em processo; mas o que é da ordem da oficialidade trabalha para que a substituição ocorra de fato e de direito. Por ora, o retorno de “Garganta do Diabo” soa como uma forma de resistência daqueles que não fazem parte do grupo social que teria solicitado a mudança do nome; repetir, nesse caso é resistir.

O processo de nomeação/renomeação até se inscreve no espaço da memória, como mais uma forma de nomear, mas ainda não foi absorvida pelo social, não constitui o espaço da estabilidade discursiva, ou podemos dizer que ainda não foi incorporada à rede parafrástica e naturalizada como tal. Observamos que não se deu, de modo efetivo, o processo de naturalização dos dizeres e dos sentidos, que é o que faz de um nome uma designação, já que não há uma relação direta entre as palavras e as coisas. Oficialmente, o nome muda, mas, por enquanto, é isso... isso é pouco quando se trata de processos de produção de sentidos (PÊCHEUX, 1999: 50). O que está em jogo, neste caso, é “a passagem do visível para o nomeado” (*ibid.*: 51). Ou ainda, podemos dizer que se trata do

visível já-nomeado (na língua e na história) que passa pelo processo de nomeação/renomeação, o que não traz em seu bojo nenhuma garantia de ressignificação, o que foi, certamente, suposto, no e pelo discurso oficial que altera o nome, e que aguarda para se efetivar.

Selecionamos duas fotografias que revelam a dita (já-dita) imagem de perspectivas bastante próximas, lançando um olhar do espaço urbano em direção ao ponto turístico observado. Nesse momento, interessa-nos olhar da perspectiva urbana para a “Garganta do Diabo”, geralmente pensada e olhada como mirante da cidade, da cidade que agora tenta domesticar sentidos e práticas sociais que davam ao referido espaço público uma certa independência em relação ao domínio do espaço urbano.

São diferentes momentos de exuberante beleza do vale, das montanhas e da ponte que liga Santa Maria à região norte, nordeste e noroeste do estado e, conseqüentemente, do Brasil.

A primeira imagem revela, pela lente do fotógrafo, o frio de -3°C característico de uma manhã de inverno santamariense, todo o rigor prestes a ser dissipado pelos raios solares.



Fonte: [http://4.bp.blogspot.com/\\_bR6drzv2wf8/Spol4X4aZ7I/AAAAAAAAABQw/7joxU5ZGwg4/s1600-h/geada++e+ponte.jpg](http://4.bp.blogspot.com/_bR6drzv2wf8/Spol4X4aZ7I/AAAAAAAAABQw/7joxU5ZGwg4/s1600-h/geada++e+ponte.jpg), acesso em 23 de março de 2010.

A segunda imagem, por sua vez, apresenta um olhar mais aproximado, já revelando a atmosfera primaveril, no qual a cor das flores modifica a paisagem, mas não desvia a lente do fotógrafo da grandiosidade do monumento construído pelo homem, da ponte, da ligação, do elo que une, mas que também desafia cada um de modo diferente.



Fonte: [http://4.bp.blogspot.com/\\_bR6drzv2wf8/SppFAISFU\\_I/AAAAAAAAABRQ/JmNdxW3\\_7go/s1600-h/ponte5.jpg](http://4.bp.blogspot.com/_bR6drzv2wf8/SppFAISFU_I/AAAAAAAAABRQ/JmNdxW3_7go/s1600-h/ponte5.jpg), acesso em 23 de março de 2010.

O que fica é a imagem. A imagem do viaduto, da natureza local, do cartão postal. Imagem que pode ser fixada em uma fotografia. Imagem que pode ser a primeira de quem chega à cidade, mas pode ser captada e fixada por aquele que olha da cidade para fora. Da cidade para a cidade, já que agora esta é parte do urbano. Esta imagem pode ser também a última, por que não, a imagem que os suicidas levam na retina... Então, a imagem vai funcionar como “um operador de memória social” (PÊCHEUX, 1999: 51), às vezes remetendo ao belo, outras vezes remetendo aos sentidos interditados, já que há um sigilo oficial<sup>5</sup> que evita a divulgação de números de suicídios, e que protege os nomes dos suicidas. O espaço vazio, desconhecido, não fotografado, não é e não pode ser mostrado, é da ordem da interdição... o espaço do vale sob a ponte é interditado: primeiro, por ser um

<sup>5</sup> Os suicídios em geral são investigados pela polícia, mas tramitam e são instruídos em segredo de justiça, preservando a vítima e familiares. Agradeço a Carolina Lisowsky pela precisão desta definição da área do Direito.

terreno íngreme, e, depois, por ser eventualmente “freqüentado” pelas almas perdidas dos suicidas. E outra contradição se estabelece, pois se a “Garganta do Diabo” passa a “Menino Deus” e passa a integrar o espaço público urbano, ele será ocupado por homens vivos, cidadãos bem vivos que construirão suas casas, suas famílias e terão suas próprias práticas sociais. Há todo um imaginário coletivo em pleno funcionamento, que não pode ser negado, mesmo que ela se torne uma lenda, os sentidos da “Garganta do Diabo” sempre poderão retornar.

## REFLEXÕES FINAIS

Enfim, da tensão entre o nomear e o renomear, o que prevalece é a imagem: intacta, absoluta. A imagem construída, a imagem inventada, a imagem sacralizada, a imagem profanada... a imagem captada pela lente do fotógrafo... a imagem que dá singularidade e identidade à cidade de Santa Maria. O cartão postal inesquecível, nomeado de uma forma ou de outra.

O ano de 2002 é o marco temporal em que se dá, oficialmente, a alteração do nome. Isso ocorre na materialidade da língua, e é visível na língua, mas e na ordem do discurso como isso se dá? Parece-nos que, em se tratando do discurso, temos o encontro/batimento entre língua-memória e legislação-história, o que obstaculiza uma substituição “naturalmente aceita” de um nome de um ponto turístico, espaço público, por um outro nome, mesmo que este “outro” seja politicamente “mais” correto que o primeiro. De fato, o juízo de valor que divide tudo o que se diz e o que se faz entre certo e errado não funciona neste espaço, porque há toda uma memória social ativa que não se sustenta somente sobre valores morais e, sim, sobre práticas sociais já consolidadas e dadas como próprias deste e neste grupo social.

Além de tratarmos da ordem da língua e da ordem do discurso, neste caso específico, faz-se necessário tratar da ordem do olhar, pois tanto o primeiro nome quanto o segundo remetem o sujeito a uma imagem, uma imagem que traz em seu escopo uma memória coletiva, um olhar coletivo. Esta memória não pode ser substituída como se substitui um nome; do mesmo modo que todo o imaginário social “santamariense” não se

apaga pela substituição do nome. Na mídia é possível ver isso, pois embora o que é institucionalizado como novo nome passe a aparecer em primeiro plano, o que é da ordem da memória faz-se presente: seja pela imagem (que, mesmo que se altere, ainda é a mesma), seja pelo vestígio lingüístico que é apresentado de modo resumido e entre parênteses. É preciso aproximar o nome novo, atribuído à velha imagem, do sujeito, para que ele se identifique e possa produzir sentidos, possa renomear para designar. A mídia, como um todo, encarrega-se disso, cede à “tentação” e ainda menciona o antigo nome entre parênteses, mas esperando que isso venha a desaparecer. Esse movimento vai promover o apagamento na materialidade da língua, mas os sentidos permanecerão no interdiscurso e poderão emergir a qualquer tempo.

De fato, desta mudança de nome parece emergir um gesto de interpretação marcado política e religiosamente, a partir do qual se tenta instaurar uma nova ordem interpretativa com pelo menos dois movimentos de sentidos observáveis: 1) apaga-se um passado memorial local e, com isso, lutas e conquistas, nomes e partidos políticos; e 2) fecha-se “a garganta do diabo”, lugar de profanadas ações suicidas, abrindo-se um espaço para o sagrado “menino deus”. Assim, ficaria a imagem destituída de memórias, a imagem “limpa” revelada no cartão postal... a natureza exuberante é vinculada ao sagrado (Menino Deus, para nós entre parênteses). É a ponte que liga, mas que é fronteira, que é fisicamente fixa, mas simbolicamente movente; construída no limite do urbano e do não-urbano, do bem e do mal. Trata-se, agora da ponte que liga Santa Maria a Itaara, ao resto do Brasil e do mundo, mais um espaço público incorporado ao urbano. Os sentidos pejorativos ou quaisquer outros sentidos podem e devem desaparecer.

Este é um interessante exemplo de funcionamento dos esquecimentos número 1 e número 2 de Pêcheux. É como se fosse possível determinar a origem de um nome, fundando este lugar num dado momento histórico, via língua. Neste caso é a refundação/reinauguração do nome do ponto turístico, via língua. Do mesmo modo que se realiza a ilusão de que a mudança do nome, na língua, possa controlar os sentidos sobre o que é dito. No entanto, o funcionamento ideológico não cessa, não se dá a esperada ruptura, pois o novo nome não tem essa força. De fato, a produção dos sentidos não está vinculada apenas ao politicamente correto, mas sim a uma memória que promove o retorno dos enunciados semanticamente estabilizados. Além da língua, a memória está produzindo

efeitos de sentidos que, colados à imagem do cartão postal, desestabilizam o que é dado como sentido oficialmente aceito. Na verdade, parte do grupo social resiste, permitindo que a memória volte a qualquer tempo e lugar, restaurando a ponte e a idéia de ponte sobre o Vale dos Diabos.

“Garganta do Diabo” retorna porque faz sentido antes, no já-lá; enquanto “Menino Deus” está, pelo menos ainda está, dissociado da imagem do Viaduto em questão. Este nome parece estar ainda esvaziado de sentidos que remetam ao ponto turístico, estando vinculado apenas ao bairro de mesmo nome. Isso dificulta ainda mais a interdição da designação primeira, já que ela é mais do que um nome. Administrativamente o nome é alterado, mas politicamente temos o processo de re-significação que não está completo, promovendo a oscilação entre um nome e outro, a colagem de um nome ao outro. Ao retirar o nome “diabo”, acredita-se estar evitando sentidos, acredita-se na possibilidade de “designificação”, de esvaziamento de sentidos, de substituição do profano diabo pelo sagrado deus. Mas parece que o “diabo”, profano como é, volta... sempre volta, mesmo que seja entre parênteses...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória. In: ACHARD, P. *et al.* *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 23-38.

GUIMARÃES, E. (s.d.) \_\_\_\_\_. (s. d.) Textualidade e enunciação. *Escritos nº 2: Ver e Dizer*. Campinas, SP: UNICAMP, p. 03-12.

ORLANDI, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. *et al.* *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 59-69.

\_\_\_\_\_. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49-58.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1995.

PETRI, V. *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins*.



Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.  
2004, 322 pp.

---

Data de Recebimento: 28/04/2010  
Data de Aprovação: 18/05/2010

**Para citar essa obra:**

PETRI, Verli. De "garganta do diabo" para "ponte sobre o vale do menino Deus": reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. RUA [online]. 2010, no. 16. Volume 1 - ISSN 1413-2109

Consultada no Portal Labeurb – *Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*

<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

**Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB**  
**Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI**  
**Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP**

<http://www.labeurb.unicamp.br/>

**Endereço:**

Rua Caio Graco Prado, 70  
Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Barão Geraldo  
13083-892 – Campinas-SP – Brasil

**Telefone/Fax:** (+55 19) 3521-7900

**Contato:** <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>